

RELATÓRIO ESTATÍSTICO RELATIVO À IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 14-C/2020, DE 7 DE ABRIL - 2020-2023

Financiamento aos operadores de transportes essenciais no âmbito da pandemia COVID-19

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril estabeleceu os procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia Covid-19. Na sua génese, o diploma apenas estabelecia o financiamento dos serviços de transporte público essenciais no 2.º trimestre de 2020. No entanto, considerando que os impactos da pandemia se prolongaram durante vários anos, a vigência deste diploma foi sucessivamente prorrogada até ao final do ano de 2023.

A avaliação da AMT assentou nos dados reportados pelos operadores ao abrigo deste diploma, com base nos quais esta Autoridade calculou, para cada binómio operador/AT, o montante da sobrecompensação, que corresponde à diferença entre os rendimentos e os gastos da exploração do SPTP acrescidos do lucro razoável. Se esta diferença fosse superior a 0, o operador, no SPTP prestado naquele ano para a AT em questão, tinha sido sobrecompensado ou tinha existido duplicação de apoios, pelo que era decidida, pela AMT, a devolução do montante correspondente à sobrecompensação.

Esta avaliação teve lugar nos anos 2021 a 2024, em relação ao ano anterior. Foi com base nos dados recolhidos para efeitos da mesma que foi elaborado o presente relatório estatístico.

A supervisão realizada pela AMT e a presente análise estatística demonstram que a implementação do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, no período de 2020-2023, permitiu assegurar a continuidade dos SPTP num contexto de forte disrupção da procura e das receitas tarifárias, decorrente, num primeiro momento, das medidas de emergência decretadas e, após, do prolongamento dos efeitos da pandemia. O regime excecional contribuiu para a estabilização financeira do setor, considerando os objetivos de promoção da sustentabilidade das empresas e de manutenção do SPTP em níveis que permitissem satisfazer necessidades mínimas de mobilidade.

Destacam-se os seguintes resultados:

- Entre 2020 e 2023 foram atribuídos 962,78 M€ às AM/CIM ao abrigo do PART, extra-PART e PROTransP, dos quais 63,8% correspondem ao PART, 28,9% ao extra-PART e 7,3% ao PROTransP.
- A distribuição territorial das verbas foi assimétrica: a AML concentrou cerca de 58% do total (aprox. 558 M€), enquanto a AMP recebeu 15,4% (148,5 M€). A CIM com maior dotação - CIM do Cávado - recebeu apenas 3,4%.
- Nos anos de 2021 a 2024 (por referência às compensações recebidas entre 2020 e 2023), a AMT avaliou a sobrecompensação de cerca de 100 operadores e 200 binómios/ano. O número de binómios (relação operador/AT) avaliados diminuiu cerca de 22% entre 2020 e 2023, refletindo a substituição de contratos municipais por CSP celebrados por AM/CIM.
- A proporção de operadores sobrecompensados reduziu-se de 14% em 2020 para 8% em 2023, acompanhando a normalização da procura e o realinhamento entre rendimentos e gastos.
- Nos dois primeiros anos, o montante de sobrecompensação foi significativamente superior, refletindo a combinação de quebras abruptas de receita e múltiplas fontes de financiamento extraordinário.
- A maioria dos binómios apresentou resultado financeiro negativo ou nulo, resultando em inexistência de sobrecompensação.
- De facto, os binómios não sobrecompensados apresentam um resultado financeiro da exploração do SPTP na jurisdição da respetiva AT - que, para efeitos da avaliação efetuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, corresponde à diferença entre os rendimentos e os gastos da exploração do SPTP acrescidos do lucro razoável – médio de cerca de -2,3 milhões de euros por binómio, resultado que se explica pelos efeitos que a pandemia e as medidas adotadas para proteger a saúde pública tiveram no SPTP.
- O relatório apresenta com detalhe os rendimentos e gastos de exploração do SPTP, desagregados nos seus diversos indicadores.
- Em relação ao reporte de dados pelas AT, foi possível concluir que estas, na sua maioria, não reportaram dados à AMT, sendo que apenas 10% das AT reportou dados

em cada um dos quatro anos da avaliação efetuada pela AMT, com esta percentagem a atingir 22% entre as AM/CIM e 7% entre os municípios.

- Durante o mesmo período, a AMT realizou 69 auditorias a 56 operadores, com o objetivo de proceder à verificação documental, com base nos registos contabilísticos, dos montantes dos rendimentos e dos gastos afetos à exploração do SPTP reportados pelos operadores, no sentido de poder comprovar a sua aderência à realidade.
- As auditorias revelaram fragilidades relevantes: apenas 17,4% dos casos auditados foram considerados conformes, sendo frequentes situações de ausência de documentação de suporte, inconsistências nos dados e falta de separação contabilística, o que evidencia a necessidade de reforçar a qualidade e fiabilidade do reporte económico-financeiro e a transparência na utilização de fundos públicos.

21 de abril de 2026

Aceder ao Relatório completo, [AQUI](#).